

# PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL E INFORMACIONAL DA COMUNIDADE SELVAGEM

## CULTURAL AND INFORMATIONAL MEDIATION PRACTICES OF COMUNIDADE SELVAGEM

**Bruno Almeida dos Santos**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8735-3321>

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: bruno.bas18@gmail.com

**Nathália Lima Romeiro**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>

Doutoranda em Ciência da Informação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

E-mail: ntromeiro91@gmail.com

**Franciéle Carneiro Garcês da Silva**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: franciele.garces@unir.br

**RESUMO:** A pesquisa tem como objetivo apresentar as práticas de mediação cultural e de informação desenvolvidas pela Comunidade Selvagem, formada por uma equipe de voluntários que busca compartilhar as conversas mediadas por Ailton Krenak, bate-papos entre autoras e autores indígenas, ciclos de leituras, produção de cadernos e audiovisuais sobre a cultura dos povos tradicionais brasileiros. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo na qual foi realizado um mapeamento das práticas de mediação cultural da informação desenvolvidas pela Comunidade Selvagem entre maio e julho de 2023. Os resultados expõem que a Comunidade Selvagem desenvolve diversas atividades ligadas as práticas de mediação cultural denominadas como ação e fabricação cultural. Por meio dessas atividades, a informação, a arte e a cultura indígena brasileira são disseminadas e assimiladas. Ações que aumentam a conscientização e ampliam o conhecimento indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** práticas de mediação cultural; práticas de mediação de informação; Comunidade Selvagem; saberes dos povos tradicionais.

**ABSTRACT:** The research aims to present the cultural and information mediation practices developed by Comunidade Selvagem, formed by a team of volunteers who seek to share conversations mediated by Ailton Krenak, chats between authors and indigenous authors, reading cycles, production of notebooks and audiovisuals about the culture of traditional Brazilian peoples. The research is qualitative, exploratory and descriptive in nature, in which a mapping of cultural information mediation practices developed by the Wild Community between May and July 2023 was carried out. The results show that the Wild Community develops several activities linked to cultural mediation practices referred to as cultural action and fabrication. Through these activities, Brazilian indigenous information, art and culture are disseminated and assimilated. Actions that increase awareness and expand indigenous knowledge.

**KEYWORDS:** cultural mediation practices; information mediation practices; Comunidade Selvagem; knowledge of traditional peoples.

## 1 INTRODUÇÃO

A oralidade, como expressão comunicativa, ocupa um lugar central no tempo e no espaço, marcando diferentes sociedades que concentraram conhecimentos e desenvolveram suas experiências por meio da fala. É graças a essa expressão comunicativa que a cultura ancestral e a memória social de muitos povos não desapareceram. O conhecimento indígena brasileiro, por exemplo, possui como uma de suas fontes de informação os sujeitos que participam de sua comunidade, responsáveis por transmitir a sabedoria do povo deles entre diferentes gerações (Barbosa; Mezacasa; Fagundes, 2018; Thompson, 1992).

Para além da transmissão oral das informações entre gerações, a sabedoria mencionada pode ser preservada também por meio das tecnologias de informação e comunicação, como as tecnologias audiovisuais. Elas possibilitam documentar a tradição oral e a partilha do conhecimento gravado. Dessa forma, o conteúdo audiovisual não apenas registra, mas também ajuda a reter a expressão cultural e filosófica dos povos indígenas, evitando a perda semântica. Por conseguinte, esse material se torna um valioso documento.

Dado este contexto, o objetivo deste estudo é explorar as iniciativas de mediação cultural e informacional da Comunidade Selvagem. Tal Comunidade foi construída por uma equipe de voluntários, a qual se dedica a compartilhar os diálogos mediados por Ailton Krenak, as conversas entre autores indígenas e não indígenas, a organização de grupos de leitura e a produção de materiais audiovisuais e cadernos relacionados à cultura dos povos tradicionais do Brasil.

O desenvolvimento de estudos sobre as práticas de mediação cultural e de informação da Comunidade Selvagem contribuem para o despertar de consciência a ampliação dos conhecimentos sobre os saberes dos povos tradicionais. Assim como contribui para a reparação da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com seus povos originários ao oferecer uma estratégia decolonial, anticolonial e

contracolonial de circulação dos saberes indígenas, sendo, portanto, uma estratégia para promoção da justiça social.

Além da introdução, o estudo se desdobra em cinco seções. Na segunda, refletimos sobre a colonialidade, a dependência epistêmica e a justiça social em relação aos conhecimentos indígenas no Brasil. A terceira seção elucida sobre as práticas de mediação cultural e informacional. Na quarta seção, são detalhados os métodos utilizados na realização do estudo. A quinta seção expõe os resultados, os quais consistem na análise das práticas de mediação cultural e informacional da Comunidade Selvagem como uma estratégia para promover a justiça social. Por fim, a seção final engloba as conclusões e reflexões finais da pesquisa.

## **2 COLONIALIDADE, DEPENDÊNCIA EPISTÊMICA E JUSTIÇA SOCIAL NOS SABERES INDÍGENAS BRASILEIROS**

Antes de entrarmos em detalhes sobre os conceitos a serem abordados nesta seção, sugerimos uma reavaliação da narrativa histórica em dois pontos: a ciência não é inerentemente imparcial e, para discuti-la visando promover justiça social, é fundamental compreender as dinâmicas de poder presentes no ciclo de elaboração e divulgação, independentemente do contexto histórico ou geográfico em que a pesquisa em questão tenha surgido (Lorde, 2020; Mathiessen, 2015).

Um segundo ponto a considerar é a necessidade de renomear a concepção do mundo conforme nos é apresentada pela modernidade, levando em conta que a colonização foi, na verdade, uma estratégia colonial para a invenção, competição e dominação do “novo” mundo ocidental.

Uma injustiça histórica, comprovada cientificamente, é evidenciada pela data de 22 de abril no calendário brasileiro, que celebra uma descoberta desbravadora. Não se trata de um feito heroico, mas, sim, da invasão e colonização do território e dos povos nativos por meio de uma exploração prolongada dos recursos naturais e territórios pelos invasores, conhecidos como bandeirantes. As grandes navega-

ções e expansões marítimas, que representam a primeira tentativa de globalização, marcaram o início da Modernidade ao romper com a era medieval.

Tal modernidade pode ser interpretada como o período em que se expandiu a colonização nas Américas (Abya Yala), África (Alkebulan) e Ásia, encomendada por sociedades europeias em crise com o “novo” e em ascensão no sistema econômico capitalista. Walter Mignolo (2017) nos ajuda a compreender tal afirmação ao explicar que a Modernidade emergiu como a colonização do tempo e do espaço e que estes referentes foram inventados, no tempo pela Idade Média (período renascentista) e no espaço através da expansão marítima e colonização do que os europeus nomearam como novo mundo. Segundo o autor, “a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (Mignolo, 2017, p. 4).

Mignolo (2017) complementa que a partir da expansão marítima uma nova orientação econômica global começou a se desenvolver, formando “[...] um mundo policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia [...]” (Mignolo, 2017, p. 4) capitalista. Ainda que no início não houvesse total ideia do que poderia ser feito no território invadido, não havia pretensão de ser algo a beneficiar os povos originários. Ailton Krenak corrobora esse pensamento ironizando o egocentrismo europeu durante a colonização ao inferir que “[a] ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.” (Krenak, 2019, p. 11).

No Brasil, a invasão ocorreu com tanta violência que ainda hoje é possível perceber o legado da exploração colonial na educação básica, como na disseminação da falsa ideia espalhada nos livros escolares de que o Brasil foi descoberto e não invadido (Isaac; Rodrigues, 2017). Bittar e Ferreira Júnior (2017, p. 16) complementam essa narrativa ao explicar que a “colonização e catequese são dois processos históricos que não se separam e foi nesse processo que as primeiras práticas escolares nasceram no Brasil [...]”. Por outro lado, a catequização e aculturação dos

povos originários foram realizadas através da reprodução da tradição literária, das leis, da moral e dos costumes de Portugal, favorecendo um apagamento da cultura local, que impacta essencialmente na cultura brasileira e promovendo uma desconexão da intelectualidade das populações indígenas com a cultura epistêmica que foi formada em nosso país. Ailton Krenak reflete sobre esse processo a partir de sua trajetória no trecho a seguir:

Quando aceitei aprender a ler e escrever, encarei a alfabetização como quem compra um peixe que tem espinha. Tirei as espinhas e escolhi o que eu queria. Acho que a maioria das crianças que vão hoje para a escola e que são alfabetizadas é obrigada a engolir o peixe com espinha e tudo. É uma formação que não atende à expectativa delas como seres humanos e que violenta sua memória. Na nossa tradição, um menino bebe o conhecimento do seu povo nas práticas de convivência, nos cantos, nas narrativas. Os cantos narram a criação do mundo, sua fundação e seus eventos (Cohn, 2005, p. 86).

Com o intuito de apresentar uma contra narrativa à hegemonia eurocentrada, Aníbal Quijano (2010) propõe uma reinterpretação das sociedades ao fundamentar uma teoria social capaz de explicar os processos de violência experienciados na constituição territorial das américas, através de uma classificação étnico-racial da população denominada colonialidade do ser, saber e poder. Esta mentalidade de classificação social foi gradualmente penetrada na cultura recorrendo a meios cruéis como estratégias que tinham o intuito de firmar pactos civilizatórios disfarçados de progresso econômico através da catequização, da formação escolar, da imposição do matrimônio, da monogamia e da herança (Longhini, 2022).

A colonialidade no campo do conhecimento pode ser identificada pela priorização do saber gerado por um grupo específico - predominantemente branco. Esse grupo, de maneira insidiosa, favorece e consolida teorias com o propósito de explicar o mundo a partir de uma única perspectiva, criando assim relações de dependência que reforçam o privilégio europeu no âmbito intelectual (Silva, 2020).

Essa dependência se torna evidente ao compararmos os conhecimentos produzidos por pesquisadores europeus presentes nos currículos acadêmicos de diversas áreas com aqueles desenvolvidos por indivíduos não brancos que resistiram aos impactos da colonização.

Silva (2020) denuncia o racismo epistêmico nas estruturas de conhecimento ao atribuir às pessoas brancas a responsabilidade por essa dinâmica pelo fato de não renunciarem a seus privilégios - caracterizado pelo fenômeno da branquitude - e assim reconfigurar o status quo. A autora destaca os efeitos da colonização no roubo das riquezas naturais e materiais dos territórios colonizados, no cruel processo de escravização dos povos indígenas e negros, e na eliminação das epistemes que vêm dos não-brancos, impõe uma explicação do mundo que é deliberadamente universalizado e exclusivo.

Uma das formas de resistência a isso se estabeleceu no âmbito acadêmico através dos estudos decoloniais, pois estes se propõem a “dissolver estruturas de dominação e exploração que constituem a colonialidade [...]” (Silva, 2020, p. 123). Natalia Duque Cardona (2020) complementa essa ideia ao criticar o cartesianismo da ciência moderna reforçando a importância da contextualização intercultural na formação acadêmica. Com isso, fica cada vez mais palpável a promoção da justiça epistêmica aos saberes negligenciados, como foi o caso das populações negras e indígenas na história brasileira.

Com o intuito de ampliar a crítica sobre a colonialidade, destacamos que, apesar de ter desenvolvido uma vasta argumentação sobre a temática na dimensão da raça, a teoria de Quijano não reflete os efeitos da colonialidade de gênero no debate. Consideramos essa uma fragilidade na obra do autor posto que as relações de gênero, sobretudo por meio da exploração de mulheres para fins de procriação e o extermínio de pessoas dissidentes da heteronormatividade foram tecnologias utilizadas para colonizar o território conforme explicaram María Lugones (2020), Rita Segato (2021) e Geni Lonhini (2022). Nessa direção, Lugones problematiza a construção social dos gêneros binários como fixos e produtores de significados

excludentes da diversidade de gêneros. A autora destaca que a colonização foi fundamentalmente violenta para mulheres, sobretudo na imposição da obediência a quem detinha seu pátrio poder (pai, marido, ou representante homem mais velho da família) na qual a “vocaçãõ” para a maternidade e a submissão das mulheres foi naturalizada.

Além disso, Lugones explica que na conjuntura colonialismo-patriarcado, as mulheres não disputam o controle do acesso ao sexo. Assim, as diferenças entre gêneros foram “[...] pensadas nos mesmos termos em que a sociedade entende a biologia reprodutiva [...]” (Lugones, 2020, p. 69), discussão fundamental para compreender não só a opressão das mulheres como a violência contra a população LGBTQIAP+ que essencialmente disside do viés biológico reprodutivo no sistema colonial moderno. Em complemento a isso, Rita Segato (2021) discute os impactos da colonialidade no Brasil de maneira multidimensional contemplando as categorias: epistêmica, de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais (pretos, indígenas e mestiços), na mídia, na moral cristã e no cárcere ao considerar a colonialidade como uma perturbação e patologia caracterizando com isso o “olhar pornográfico do colonizador”. Segato define esse olhar específico como aquele que contamina as relações sociais por inserir nas populações indígenas a moral civilizatória europeia. A autora reforça essa crítica ao apresentar o feminicídio como uma barbárie influenciada pelo sistema colonial moderno.

Sendo assim, lembramos que a necessidade de ampliar o debate sobre a cultura e o pensamento indígena é inegável. Uma das estratégias para extinguir os preconceitos e preservar o conhecimento das populações indígenas brasileiras é oferecer, numa perspectiva restaurativa, justiça social ao que antes era negligenciado. Sabemos que o genocídio a que foram submetidas as populações indígenas é irreparável, mas é possível preservar a cultura e o conhecimento registrados, bem como ampliar a rede de cooperação e proteção dos povos indígenas brasileiros, como propõe a Community Wild com suas práticas de mediação cultural e de informação, tema que será desenvolvido na próxima seção.

### 3 PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL E DE INFORMAÇÃO

Para o entendimento das práticas de mediação cultural e de informação é necessário refletir sobre a mediação cultural. Segundo Davallon (2007), a mediação cultural tem o intuito de conscientizar o público sobre as obras de arte, atuando como uma ponte entre esses universos distintos com o propósito de aproximá-los. Assim, as práticas culturais estão inseridas na mediação cultural. Coelho (1997) acrescenta que a mediação cultural é um processo diferente que visa aproximar elementos individuais e/ou coletivos presentes em obras culturais e artísticas. O foco dessa abordagem é possibilitar a compreensão da obra, suas emoções e conhecimentos, por meio dos quais o público se desenvolve, formando diferentes públicos culturais.

As atividades de mediação cultural, incluem oficinas culturais de mentoria, supervisão de exposições de arte, animações culturais, entre outras, são ações em que acontecem a circulação da informação. Estas atividades são geralmente desenvolvidas por profissionais da Museologia, curadores/as de arte, pessoas bibliotecárias, arquivistas, educadoras, guias de turismo entre outras profissões que atuam nos centros culturais e unidades de informação. Os diferentes níveis em que essas atividades podem se desenvolver caracterizam diferentes modos de mediação cultural, como ação cultural, animação cultural e fabricação cultural (Coelho, 1997). Corroborando a isso, Silva e Santos Neto (2017) chamam esses modos de mediação cultural de práticas culturais e afirmam que elas são importantes para os espaços informacionais e de cultura, pois preservam a informação e o conhecimento que permeiam a sociedade e criando diferentes sentidos para as pessoas.

Ressaltamos que a mediação cultural está diretamente relacionada à mediação da informação, pois inclui também o que Almeida Júnior (2008) chama de ato de intervenção, no qual uma pessoa ou grupos de pessoas adquirem informações compartilhadas por um agente cultural para satisfazer o desejo de saber as informações

são necessárias para atender suas necessidades informacionais. Rasteli e Cavalcante (2014) argumentam que quem passa pelo processo de mediação deixa de ser um simples decodificador de conteúdos e passa a ser um produtor de sentido, cultural e artístico, após constatada a aquisição de informações culturais. Deste modo, a “[...] mediação cultural, por meio de suas práticas é tida como um processo que torna possível o acesso, o encontro e a apropriação da cultura.” (Silva, 2016, p. 391). Com base nisso, dividimos as práticas de mediação cultural, em três categorias: ação cultural, fabricação cultural e animação cultural.

A ação cultural, conforme explicado por Coelho (1997, p. 32) é “[...] o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”. Nesse processo, os agentes assumem a função de criadores, escolhendo de forma independente as técnicas utilizadas na criação de determinada produção cultural, de modo que as pessoas participantes assumem o papel de protagonistas no processo criativo (Cabral, 1999).

Antecessor de Coelho (1997), Flusser (1982) elucida que a ação cultural é uma reformulação de ideias, pensamentos e objetivos culturais, que posiciona a cultura como um processo pertencente a todas as pessoas rompendo a preposição desta ser simplesmente tida como uma herança recebida passivamente, sem que haja críticas ou renovação de conhecimento. Silva e Santos Neto corroboram essa ideia ao exporem que Flusser refere-se à ação cultural “como uma estratégia de reformular pensamentos, mudar as ideias e, para isso, também coloca em evidência o protagonismo do sujeito.” (Silva; Santos Neto, 2017, p. 33). Neste sentido, focar nas pessoas, grupos ou comunidades como protagonistas da cultura é um objetivo primordial da ação cultural.

A segunda categoria, chamada de fabricação cultural é um processo de mediação cultural no qual se tem um propósito segmentado por um início, um estágio intermediário, um ponto final (Coelho, 1997) nos quais a finalidade está na disseminação de conhecimentos e técnicas, na formação de perspectivas culturais específicas, na formação de padrões perceptivos ou na produção de obras culturais

previamente prescritas. Nesse processo, os objetivos são pré-determinados e cabe ao agente cultural ou mediador direcionar seu público em uma determinada direção. Dessa forma, opõe-se à ação cultural, um processo de invenção e co-construção de fins e meios culturais pretendidos entre mediadores e o público, muitas vezes definidos apenas no próprio processo. Silva e Santos Neto (2017, p. 34) afirmam que “Enquanto a ação cultural valoriza e reconhece o sujeito como protagonista desta prática, dando liberdade e autonomia a ele; a fabricação, por sua vez, afina seu foco na produção da obra de arte”, por isso, a finalidade da fabricação cultural é a produção da obra de arte.

Por fim, a terceira prática de mediação cultural é a animação cultural que se trata de uma das ferramentas básicas de organização e promoção do lazer. Tal ferramenta não é entendida como uma simples ocupação do tempo, mas sim como o uso educativo do tempo livre. A animação cultural inclui atividades que introduzem a arte ao público enquanto espectadores, bem como integra práticas culturais e artísticas realizadas por pessoas amadoras. Nessas atividades estão incluídos programas como passeios turísticos, sessões de dança e atividades esportivas. Para além do uso do tempo livre, a animação cultural procura simultaneamente inspirar relações de convívio direto (sem profundas discussões políticas) entre membros de um mesmo grupo ou categoria, enquanto trabalhadores ou como componentes específicos de uma atividade ou de outro conectivo (Coelho, 1997).

Com base nas referências estudadas nesta parte em diálogo com as discutidas na seção anterior, analisaremos as práticas de mediação cultural e de informação promovidas pela Comunidade Selvagem como estratégia de promoção da justiça social.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão é de cunho qualitativo e tem caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar as práticas de mediação cultural promovidas pela Comunidade Selvagem. A pesquisa destaca a relevância do website criado pela Comunidade Selvagem como um espaço de divulgação, promoção da justiça social e preservação da oralidade de Ailton Krenak e outros pensadores indígenas do Brasil.

Como parte do método utilizado, foi realizado o mapeamento das práticas de mediação cultural realizadas pela Comunidade Selvagem nos meses de maio e junho de 2023. A partir desse mapeamento, foram descritas e analisadas as práticas de mediação cultural relacionadas às atividades culturais conduzidas pelo grupo, evidenciando assim as diversas áreas em que atuam.

## 5 PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL E DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE SELVAGEM COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

Comunidade Selvagem é um ciclo de estudos realizado através de um site que visa compartilhar gratuitamente o conhecimento indígena amplamente produzido. Seus estudos começaram com conversas mediadas por Ailton Krenak, importante liderança indígena brasileira, ambientalista, filósofo, pensador e escritor. Nesta página encontramos discussões entre autores nativos e não nativos, ciclos de leitura, produção de cartilhas, materiais audiovisuais, entre outras produções. A comunidade foi inaugurada em janeiro de 2021, abrange 13 países e conta com a cooperação de cerca de 334 voluntários divididos em cinco grupos ativos, a saber: Comunicação, Preparação de Textos [Traduções e Transcrições], Biblioteca Ailton Krenak (catálogo audiovisual), Comunicação e Crianças (conteúdo para crianças) (Comunidade Selvagem, 2022).

De acordo com o relatório de 2022 da Comunidade Selvagem, o site do ciclo tem mais de 7 mil pessoas inscritas para receber informações. Durante os mais de dois anos de existência da comunidade foi realizada a produção de Cadernos Selvagem, transcrições de Conversas legendadas, e lançadas as Flechas (uma série em sete episódios que projeta o as ações da Comunidade Selvagem para a linguagem audiovisual) em pelo menos nove cidades do Brasil e no mundo. Essa coletânea de criações é inspirada no Ciclo Selvagem e que é nutrida pelo grupo de Comunicações a partir do acervo das falas online de Ailton Krenak organizado pelo grupo Biblioteca do Ailton e pelo trabalho realizado com o grupo de Crianças para o desenvolvimento de materiais pedagógicos.

Figura 1 – Atividades realizadas pela Comunidade Selvagem



Fonte: Comunidade Selvagem<sup>1</sup> (2023).

Cada uma das imagens representadas na figura 1 indica um determinado tipo de conteúdo promovido pela comunidade selvagem, correspondendo ao ciclo selvagem, como chamam as pessoas idealizadoras. O **ciclo dos sonhos** se trata de um grupo de estudos sobre sonhos na perspectiva filosófica indígena brasileira. O **ciclo regenerantes de Gaia** tem como objetivo refletir sobre o cuidado com o planeta Gaia (Planeta Terra). De acordo com a descrição da página esse ciclo é direcionado à quem deseja abrir uma janela “nesta matriz chamada de humanidade e pesquisar formas de se tornar regenerante de Gaia” (Comunidade Selvagem, 2022, não paginado).

O **ciclo mulheres plantas e curas** têm o propósito de refletir sobre a mulheridade e sua relação entre as plantas e a cura. É um espaço onde aprender, dialogar e compartilhar saberes entre mulheres é fundamental para estabelecer conexões entre elas e para além das comunidades, o que torna, sobremaneira, este espaço um espaço de reflexão sobre colonialidade e gênero, tal como nos apresentou Lugones (2020) e Segato (2021).

O **ciclo de memórias ancestrais** tem como propósito principal o compartilhamento de saberes e tradições das comunidades, tornando seus saberes visíveis e rompendo com a dependência epistêmica, conforme explicado por Silva (2020). Os diálogos que ocorrem a partir dessa atividade proporcionam uma formação continuada para o público.

No ícone **cadernos** foram encontradas todas as publicações bibliográficas do acervo em três idiomas (português, inglês e francês), o que potencializa a visibilidade dessas produções. Nessa seção encontramos publicações de diversas autoras e autores indígenas. Com isso, o que começou com o propósito de reunir a produção de um único líder se ampliou e hoje visibiliza outras personalidades da literatura e filosofia indígena brasileira. A **seção feche os olhos e veja** que ainda está em elaboração, apresenta conteúdos em áudio a serem disponibilizados na plataforma Spotify.

**Flecha selvagem** corresponde a uma série de histórias indígenas promovidas pela comunidade selvagem e disponibilizadas no Youtube. A proposta da divulgação deste conteúdo é ampliar as formas de conexão a partir da literatura e oralidade indígena. De acordo com a descrição da página “a Flecha abre caminho para que sejam feitas novas perguntas”, é destinada ao público geral e é “um convite para que escolas, universidades, pontos de cultura e projetos comunitários de educação acessem narrativas mais pluriversais” (Comunidade Selvagem, 2022, não paginado).



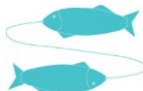

No ícone Youtube somos direcionados ao canal da comunidade nesta plataforma, no qual há todas as comunicações promovidas pela comunidade selvagem. Em Nheèry/ guarani que significa “onde os espíritos se banham, é possível acompanhar a narrativa do líder e cineasta Carlos Papá da etnia Guarani Mbya pela mata atlântica onde foram traduzidas diversas terminologias indígenas para o português. Além disso, comunica saberes para o bem- viver e com isso reforçamos o potencial filosófico presente nessas comunicações, o que consideramos um caminho para minimizar o eurocentrismo epistêmico (Quijano, 2010, SILVA, 2020).

O ícone **Shuba Hiwea** conhecido como escola viva, versa sobre os saberes do pajé e educador acreano Dua Base a respeito da cultura Huni Kuin, incluindo histórias, medicina, música e espiritualidade. Além deste, também representam o conhecimento de comunidades específicas os ícones Apne Ixxot Hâmipak – Escola floresta Maxakali; Mbya Arandu Porã – Ponto de cultura Guarani; Bahserikowi – medicina indígena Tukano. Ademais, ressalta-se que é possível contribuir para a manutenção das escolas vivas indígenas clicando no link colaborar deste site, onde são arrecadadas doações para a causa.

No ícone tripulação é descrita toda a rede de colaboradoras e colaboradores da comunidade selvagem e da Biblioteca do Ailton Krenak e o ícone comunidade indica formas de colaborar para a ampliação do acervo da biblioteca do Ailton krenak. No ícone **mapa de navegação** é possível consultar os relatórios das ações do grupo nos anos anteriores, trazendo, dessa forma, amplo acesso à informação e divulgação das ações para viabilização do projeto. No ícone de **livros** é possível

comprar as obras produzidas pelo projeto. Por fim, após descrevermos a Biblioteca do Ailton Krenak, seu acervo e seu Catálogo Colaborativo, assim como a estrutura do site onde ela está localizada, ressaltamos a sua importância da iniciativa como espaço de informação sobre saberes dos povos originários, principalmente àqueles produzidos e disseminados pela oralidade. Além dessas ações, temos outras atividades culturais, que estão diretamente relacionadas as práticas de mediação cultural, como é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Práticas de mediação cultural realizadas pela Comunidade Selvagem

Grupo	Descrição	Atividades Culturais	Prática de Mediação Cultural
 BIBLIOTECA DO AILTON	Uma iniciativa da Comunidade Selvagem para catalogar, organizar e facilitar o acesso às falas de Ailton Krenak	Encontros de compartilhamento de experiências, debate sobre filmes, documentários e dissertações.	Ação Cultural
 PREPARAÇÃO DE TEXTOS	Traduções, transcrições e revisões de vídeos, áudios e falas para a publicação de cadernos e preparação de legendas	Tradução de cadernos para outras línguas, criação de legendas, transcrição dos encontros e publicação de cadernos com a temática dos vegetais.	Fabricação cultural
 COMUNICAÇÕES	Compartilhamento dos movimentos coletivos do ciclo Selvagem e seus desdobramentos	Escrita de textos, coleta de textos, compartilhamento e exibição de vídeos, desenhos, cartas, mensagens, artes, imagens fotos, músicas, animações e outros.	Fabricação Cultural
 CRIANÇAS	Ativações dos conteúdos Selvagem para e com crianças	Produção de atividades com foco em canções, brincadeiras, jogos, danças, entre outros para despertar o conhecimento	Ação Cultural

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como podemos observar pelo quadro 1 várias são as atividades culturais desenvolvidas pela Comunidade Selvagem, sendo que pela pesquisa realizada só

identificamos duas práticas de mediação cultural relacionadas a estas atividades, que são a ação cultural e a fabricação cultural. A não existência de atividades ligadas a prática de mediação cultural denominada animação cultural, mostra que a Comunidade Selvagem não tem interesse em desenvolver atividades com fins comerciais, pois seu foco é o trabalho artesanal com atividades culturais que possam privilegiar a produção cultural, assim como garantir as pessoas a apropriação da cultura e da informação relacionadas diretamente com os saberes dos povos indígenas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar as práticas de mediação cultural desenvolvidas pela Comunidade Selvagem, grupo que compartilha a produção e os estudos relacionados as conversas mediadas por Ailton Krenak. Apresenta também bate-papos entre autoras e autores, ciclos de leitura, produção de cadernos e outros materiais audiovisuais, traduções e transcrições relacionadas ao conhecimento dos povos indígenas. Esses materiais nos mostram que essas pessoas têm uma maneira própria de pensar e de viver, por isso, devemos compreender ao máximo os conhecimentos produzidos por eles seja na biologia, filosofia, lógica, literatura, geografia, história, sociologia, matemática e outros saberes.

Reiteramos que as populações indígenas brasileiras são parte da população brasileira, e, portanto, têm direitos cidadãos que devem ser respeitados. Assim como sua existência, subjetividade, tradições, vivências, suas práticas culturais, devem ser valorizadas pelo Estado brasileiro e pela sociedade, uma vez que o modo de vida desses povos nunca colocou em risco a existência de nenhum animal e nem de outros seres humanos (Krenak, 2019; Cohn, 2015).

Acreditamos que estudos como esse são fundamentais para dar visibilidade aos saberes dos povos tradicionais e refletir sobre os efeitos da colonização na produção de conhecimento. Ademais, esse tipo de estudo amplia os horizontes para a elaboração de estratégias de compartilhamento de culturas e saberes historicamente

subalternizados com vistas a alcançar a justiça social para as comunidades envolvidas. Entendemos que as práticas de mediação cultural, assim como o compartilhamento dos conteúdos aqui apresentados podem ser uma estratégia para romper a dependência epistêmica presente nos fazeres científicos e profissionais, além de ser uma estratégia para promoção justiça social em relação à intelectualidade de pessoas indígenas brasileiras.

## AGRADECIMENTOS

As autorias agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos de doutoramento às pessoas autoras.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.
- BARBOSA, J. M. A.; MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 18, n. 37, p. 121-145, set./dez., 2018.
- BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. A pedagogia brasileira nos primeiros tempos da colonização: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas. **Revista IRICE**, n. 32, p. 13-38, 2017.
- CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In*: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998.
- CARDONA, N. D. La subordinación en la ciencia ¿una consecuencia de la cohesión social? Ideas para observar la Bibliotecología e Ciencia de la Información. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. (org.). **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2020.
- COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COHN, S. (Org.). **Ailton Krenak**. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- COMUNIDADE SELVAGEM. **Relatório selvagem: atividades da Comunidade Selvagem**. 2022. Disponível em: <https://selvagemciclo.com.br/comunidade/>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo. **Prisma.com**, [s.l.], n. 4, jan. 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- FLUSSER, V. O bibliotecário animador: considerações sobre a sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 230-236, set., 1982.

ISAAC, P. A. M.; RODRIGUES, S. F. P. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. **Revista Cocar**, [s.l.], v. 11, n. 22, p. 60-86, 2017.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2019.

LORDE, A. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, 2015.

MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. **Tellus**, [s. l.], v. 18, n. 37, p. p. 121–145, 2018.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, [s.l.], v. 32, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, SC, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, B. D. Mediação cultural e suas práticas: um estudo no sistema de bibliotecas públicas municipais de Londrina. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016, p. 388-401. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/schedConf/presentation>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SILVA, B. D.; SANTOS NETO, J. A. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 30-43, abr/jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/32967>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. (org.). **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2020.

THOMPSON, P. **História oral: a voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.